

# TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO

## PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS

### NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

#### IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

- |                                                                 |                                                         |
|-----------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Tese (doutorado)                       | <input type="checkbox"/> Artigo científico              |
| <input type="checkbox"/> Dissertação (mestrado)                 | <input type="checkbox"/> Capítulo de livro              |
| <input checked="" type="checkbox"/> Monografia (especialização) | <input type="checkbox"/> Livro                          |
| <input type="checkbox"/> TCC (graduação)                        | <input type="checkbox"/> Trabalho apresentado em evento |

Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor:

Francoan de Oliveira Dias; Richard Coelho de Paulo; Paulo Roberto Pereira Chagas

Matrícula:

2024200304360004; 202420030436

Título do trabalho:

Educação para à emancipação: desafios e horizontes da formação integral do trabalhador na EJA-EPT.

#### RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

Documento confidencial:  Não  Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano:  /  /

O documento está sujeito a registro de patente?  Sim  Não


O documento pode vir a ser publicado como livro?  Sim  Não

#### DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O(a) referido(a) autor(a) declara:

- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Documento assinado digitalmente

 **RICHARD COELHO DE PAULO**  
Data: 23/04/2026 13:28:23-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente

 **FRANCOAN DE OLIVEIRA DIAS**  
Data: 23/04/2026 13:30:12-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Goiânia-GO

Local

23 /04 /2026

Data

Documento assinado digitalmente

 **THIAGO LUCAS LAVANDER**  
Data: 23/04/2026 13:33:32-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Documento assinado digitalmente

 **MILENA ALVES PEREIRA**  
Data: 23/04/2026 13:57:26-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Ciente e de acordo:

Documento assinado digitalmente

 **ELSON BARBOSA DA SILVA JUNIOR**  
Data: 23/04/2026 15:58:08-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente

 **PAULO ROBERTO PEREIRA CHAGAS**  
Data: 23/04/2026 13:47:43-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 6/2026 - CCBAGR-POS/CE-POS/GE-POS/CMPPPOS/IFGOIANO

### ANEXO III - ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 17 dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às 19 horas e 39 minutos, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos docentes Elson Barbosada Silva Júnior (Orientador), Danilo Missias Teixeira (Membro) e Rondinelli Tosta Morais (Membro), com a finalidade de examinar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “EDUCAÇÃO PARA À EMANCIPAÇÃO: DESAFIOS E HORIZONTES DA FORMAÇÃO INTEGRAL DO TRABALHADOR NA EJA-EPT”, de autoria do(a) estudante(s) Françoan de Oliveira Dias, Milena Alves Pereira, Paulo Roberto Pereira Chagas, Richard Coelho de Paulo e Thiago Lucas Lavander, regularmente matriculado(s) no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência em Educação Profissional e Tecnológica – EPT, do Instituto Federal Goiano (IF Goiano). Concedida a palavra ao(à) estudante(s), foi realizada a apresentação oral do TCC, seguida da arguição pelos membros da Banca Examinadora. Após as considerações e deliberações, a Banca decidiu pela **APROVAÇÃO** dos estudantes, com nota 89. Encerrada a sessão pública de defesa, foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

---

Orientador/Presidente da Banca

Elson Barbosa da Silva Júnior

---

Membro- Danilo Missias Teixeira

---

Membro- Rondinelli Tosta Morais

Documento assinado eletronicamente por:

- **Elson Barbosa da Silva Junior**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO , em 17/03/2026 20:25:22.
- **Danilo Missias Teixeira**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO , em 17/03/2026 20:29:06.
- **Rondinelli Tosta Moraes**, OPERADOR DE MAQ AGRICOLAS , em 17/03/2026 20:35:49.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 17/03/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 801120

**Código de Autenticação:** 8ca1cab73f



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Posse

Rodovia GO - 453 km 2,5, Fazenda Vereda do Canto, SN, Distrito Agroindustrial, POSSE / GO, CEP 73900-000

(62) 9390-5391, (62) 3605-3698



**INSTITUTO FEDERAL**

Goiano  
CERFOR

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

## **EDUCAÇÃO PARA À EMANCIPAÇÃO: DESAFIOS E HORIZONTES DA FORMAÇÃO INTEGRAL DO TRABALHADOR NA EJA-EPT**

### **EDUCATION FOR EMANCIPATION: CHALLENGES AND HORIZONS OF INTEGRAL WORKER TRAINING IN EJA-EPT**

**Françuan de Oliveira Dias**<sup>1</sup>  
Instituto Federal Goiano

**Richard Coelho de Paulo**<sup>2</sup>  
Instituto Federal Goiano

**Paulo Roberto Pereira Chagas**<sup>3</sup>  
Instituto Federal Goiano

**Milena Alves Pereira**<sup>4</sup>  
Instituto Federal Goiano

**Thiago Lucas Lavander**<sup>5</sup>  
Instituto Federal Goiano

**Elson Barbosa da Silva Júnior**<sup>6</sup>  
Instituto Federal Goiano

**RESUMO.** O estudo tem como foco a Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional e Tecnológica, problematizando como a produção acadêmica recente discute a formação integral e emancipatória do trabalhador. O objetivo foi analisar criticamente a literatura publicada nos últimos anos, identificando concepções, tendências e lacunas relativas ao currículo integrado, às políticas públicas, às metodologias pedagógicas críticas e à diversidade. Trata-se de pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de revisão sistemática de literatura. As buscas foram realizadas nas bases *Web of Science*, *Scopus* e *Google Acadêmico*, utilizando descritores em português e inglês. Inicialmente, localizaram-se cinquenta artigos, dos quais dezenove atenderam aos critérios de inclusão e compuseram o corpus da análise. Os dados foram organizados por fichamento e tratados por meio de análise temática narrativa. Os resultados

---

<sup>1</sup> Doutorando em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia; francoan.dias@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4129-7034>

<sup>2</sup> Doutorando em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente; bio.richardcoelho@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1081-5951>

<sup>3</sup> Discente do curso de pós-graduação *lato sensu* em DocentEPT; chagas.ifba@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-4206-256X>

<sup>4</sup> Discente do curso de pós-graduação *lato sensu* em DocentEPT; milena.alper@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1338-781X>

<sup>5</sup> Discente do curso de pós-graduação *lato sensu* em DocentEPT; thiagolucas04@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-0857-3518>

<sup>6</sup> Doutor em Agronomia. E-mail: elson.caetano@ifgoiano.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2613-2381>



**INSTITUTO FEDERAL**

Goiano  
CERFOR

**PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

indicam que há consenso sobre a importância do currículo integrado como via de emancipação, embora a prática efetiva ainda seja limitada. As políticas públicas revelam descontinuidade, aligeiramento e forte influência neoliberal, fragilizando a modalidade. Quanto às metodologias pedagógicas, predominam experiências freireanas e baseadas em projetos, mas sem avaliação sistemática de impactos. A diversidade é reconhecida como elemento relevante, embora permaneça marginal nos currículos. Conclui-se que a literatura reforça a centralidade da formação integral, mas aponta a necessidade de políticas consistentes e investigações empíricas mais robustas.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos. Educação Profissional e Tecnológica. Currículo Integrado. Formação Integral. Emancipação.

**ABSTRACT.** This study focuses on Youth and Adult Education linked to Vocational and Technological Education, problematizing how recent academic literature discusses the comprehensive and emancipatory training of workers. The objective was to critically analyze the literature published in recent years, identifying concepts, trends, and gaps related to the integrated curriculum, public policies, critical pedagogical methodologies, and diversity. This is a qualitative, exploratory, and descriptive study developed through a systematic literature review. Searches were conducted in the Web of Science, Scopus, and Google Scholar databases, using descriptors in Portuguese and English. Initially, fifty articles were located, of which nineteen met the inclusion criteria and comprised the corpus of analysis. The data were organized by index card and analyzed through thematic narrative analysis. The results indicate a consensus on the importance of the integrated curriculum as a path to emancipation, although effective practice remains limited. Public policies reveal discontinuity, frivolity, and a strong neoliberal influence, weakening the modality. Regarding pedagogical methodologies, Freirean and project-based experiences predominate, but without systematic impact assessment. Diversity is recognized as a relevant element, although it remains marginal in curricula. The conclusion is that the literature reinforces the centrality of comprehensive education, but highlights the need for consistent policies and more robust empirical research.

**Keywords:** Youth and Adult Education. Professional and Technological Education. Integrated Curriculum. Integral Training. Emancipation.



## 1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui, no cenário brasileiro, uma modalidade marcada por tensões históricas, avanços pontuais e permanentes desafios estruturais. Desde a Constituição Federal de 1988 e a LDB nº 9.394/1996, a EJA é reconhecida como direito público subjetivo, devendo garantir acesso, permanência e qualidade para aqueles que não concluíram a escolaridade em idade própria. Entretanto, conforme analisa Nascimento (2022), a trajetória da modalidade revela um percurso pendular de reconhecimento legal e invisibilidade prática, de modo que a oferta educacional destinada a jovens e adultos trabalhadores ainda sofre com descontinuidade e insuficiência, frequentemente assumindo feição compensatória.

Nesse contexto, a articulação entre a EJA e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) amplia a complexidade do debate, pois traz consigo a perspectiva da formação integral e emancipatória do trabalhador. O Decreto nº 5.840/2006, que instituiu o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), representou um marco nessa tentativa de integração. Contudo, estudos recentes revelam que, em sua implementação, o PROEJA e demais políticas congêneres enfrentaram obstáculos significativos, resultando em práticas pedagógicas fragmentadas, marcadas pelo aligeiramento curricular e pela lógica da empregabilidade imediata (Cordoal e Lancillotti, 2020; Rodrigues, 2023).

A literatura converge em destacar o currículo integrado como eixo estruturante de uma formação que supere a dualidade estrutural da educação brasileira, a qual destina à elite uma formação humanista ampla e, às classes trabalhadoras, um ensino técnico-instrumental (Ciavatta, 2005; Saviani, 2019). Pesquisas recentes enfatizam que a integração curricular é condição fundamental para uma educação emancipadora, mas denunciam a distância entre a prescrição legal e a efetiva implementação em sala de aula (Rossi, 2022; Sandes e Silva, 2022). Alencar, Lobão e Morais (2023) defendem a pesquisa como princípio pedagógico, enquanto Lopes e Gomes (2022) sugerem a adoção de metodologias ativas para dar concretude à integração. Experiências institucionais como as Oficinas de Integração descritas por Pasqualli et al. (2022) confirmam a viabilidade do currículo integrado, embora ainda careçam de métricas consistentes de impacto sobre a permanência e a aprendizagem.



**INSTITUTO FEDERAL**

Goiano  
CERFOR

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

No campo das políticas públicas, autores como Campos e Ventura (2023) evidenciam que a EJA é tratada como “pequena política”, isto é, ações paliativas e descontínuas, incapazes de enfrentar as raízes da exclusão educacional. Corrêa Filho, Paixão e Nogueira (2022) destacam a expansão da Rede Federal, mas reconhecem que o avanço quantitativo não foi suficiente para romper com a dualidade estrutural. Já Flores e Fonseca (2022) identificam, no caso do PROEJA, um esvaziamento de seus fundamentos originais sob a lógica da pós-democracia, na qual a inclusão é meramente formal e a exclusão estrutural permanece. Assim, confirma-se a tese de que a hegemonia neoliberal tem enfraquecido a EJA-EPT, reduzindo-a a programas de governo sujeitos à descontinuidade e pouco comprometidos com a emancipação social.

Além da dimensão curricular e política, os estudos analisados também valorizam metodologias pedagógicas críticas e integradoras. Araújo et al. (2022) resgatam a atualidade da pedagogia freireana como caminho para superar o tecnicismo, enquanto Costa et al. (2023) e Gonçalves e Brasileiro (2019) oferecem propostas de integração prática a partir da aprendizagem baseada em projetos e do planejamento colaborativo. Gregoldo, Lima e Souza (2022) identificam, em dissertações do ProfEPT, a centralidade do trabalho como princípio educativo, enquanto Vale et al. (2023) denunciam a insuficiência da interculturalidade nos currículos, apontando a necessidade de metodologias que incorporem saberes afro-brasileiros e indígenas. Nesse sentido, Vieira e Silva (2022) demonstram que práticas emancipatórias como os Círculos de Cultura constituem experiências potentes de valorização identitária, mas ainda são localizadas e dependentes de iniciativas individuais. Goes e Lima (2021) reforçam que a ausência de formação docente específica compromete a efetivação da diversidade como princípio pedagógico, perpetuando práticas homogeneizadoras.

Assim, a literatura recente sobre a EJA-EPT converge em dois pontos principais: primeiro, o consenso em torno da relevância do currículo integrado, das metodologias críticas e da valorização da diversidade como condições indispensáveis para a formação integral do trabalhador; segundo, a constatação de que tais dimensões permanecem fragilizadas diante da hegemonia neoliberal e da descontinuidade das políticas públicas. O problema de pesquisa que orienta este estudo pode, portanto, ser formulado da seguinte maneira: como a produção acadêmica recente tem discutido a formação integral e emancipatória do trabalhador no âmbito da EJA-EPT, e quais lacunas permanecem em relação à efetivação desse horizonte?



Diante desse problema, o objetivo geral desta revisão sistemática é analisar criticamente a produção acadêmica publicada nos últimos anos que discute a formação integral e emancipatória na EJA-EPT, buscando identificar tendências, contradições e lacunas. Como objetivos específicos, pretende-se: (i) mapear as concepções de currículo integrado e suas implicações para a emancipação; (ii) examinar como as políticas públicas têm impactado a modalidade; (iii) identificar metodologias pedagógicas críticas e integradoras propostas ou implementadas; e (iv) avaliar a presença da diversidade e da interculturalidade como dimensões formativas.

A hipótese que orienta este trabalho é que, embora a produção acadêmica recente reafirme a centralidade da formação integral na EJA-EPT, ela também evidencia a fragilidade de sua efetivação, seja pela falta de institucionalização das políticas, seja pela ausência de práticas pedagógicas sistematizadas que garantam a permanência e a aprendizagem significativa dos estudantes. Justifica-se, assim, a relevância desta revisão sistemática, na medida em que contribui para sistematizar o estado da arte, oferecer subsídios teóricos e práticos à consolidação da EJA-EPT e reforçar sua condição de política pública fundamental para a democratização da educação no Brasil.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil é marcada historicamente por contradições, ora compreendida como direito social, ora reduzida à política compensatória. Desde os anos 1930, como evidencia Nascimento (2022), observa-se um movimento pendular de avanços e retrocessos, no qual a modalidade oscila entre a invisibilidade e o reconhecimento legal. A Constituição Federal de 1988 e a LDB nº 9.394/1996 consolidaram a EJA como modalidade específica da educação básica, e documentos posteriores, como o Plano Nacional de Educação (PNE) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), reforçaram o compromisso com o acesso, a permanência e a qualidade. Contudo, a efetividade dessas garantias ainda é limitada, revelando a distância entre a prescrição normativa e a prática concreta, de modo que a EJA continua a expressar a condição histórica de direito negado e retomado tardiamente.

A compreensão da EJA-EPT exige considerar a articulação entre trabalho, educação e formação integral. Marx já apontava o trabalho como categoria fundante da vida social, e autores como Saviani, Frigotto e Ramos desenvolveram esse princípio no campo educacional, defendendo que o trabalho, tomado como princípio educativo, é

capaz de integrar ciência, cultura e técnica, superando a visão fragmentada da escola dual. Gramsci, ao propor a escola unitária, reforça a necessidade de integrar teoria e prática, cultura e trabalho, em uma perspectiva de formação omnilateral. Nessa mesma direção, Ciavatta e Kuenzer destacam que a EJA-EPT deve combater a dualidade estrutural que destina à elite uma formação humanista ampla, enquanto às classes trabalhadoras se reserva uma escolarização mínima e utilitarista. Assim, a formação integral não pode restringir-se à adaptação do trabalhador ao mercado, mas deve ter como horizonte a emancipação humana em sua totalidade.

Nesse contexto, o currículo integrado constitui uma das principais categorias teóricas e práticas em disputa. Ciavatta, Ramos e Saviani defendem a articulação de saberes científicos, culturais e técnicos em uma perspectiva totalizante, que rompa com a fragmentação disciplinar e com o tecnicismo reducionista. Paulo Freire acrescenta a dimensão político-pedagógica, propondo uma práxis crítica fundamentada no diálogo, na problematização da realidade e na construção coletiva do conhecimento. A pesquisa como princípio pedagógico e as metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos, emergem como caminhos para efetivar o protagonismo discente e articular teoria e prática em um currículo que seja, ao mesmo tempo, crítico e emancipador.

Entretanto, a concretização do currículo integrado e da formação integral é fortemente condicionada pelas políticas públicas. O PROEJA, criado pelo Decreto nº 5.840/2006, representou avanço ao propor a integração entre formação básica e profissional, mas sua implementação expôs limitações estruturais. O Projovem Urbano, como analisam Cordoval e Lancillotti (2020), ilustra o caráter aligeirado e adaptativo de políticas que, sob a lógica neoliberal, priorizam a certificação rápida em detrimento da emancipação. Campos e Ventura (2023), apoiados na noção gramsciana de “pequena política”, destacam a descontinuidade da EJA, fragilizada pela ausência de institucionalização como política de Estado. Corrêa Filho, Paixão e Nogueira (2022) reconhecem a expansão da Rede Federal nos governos recentes, mas sublinham que essa ampliação quantitativa não foi capaz de romper com a dualidade estrutural. Rodrigues (2023) acrescenta que a crise do capital, no período de 2007 a 2015, intensificou a precarização da escolarização de jovens e adultos, enquanto Flores e Fonseca (2022) mostram que mesmo o PROEJA, pensado sob bases democráticas, foi corroído por práticas pós-democráticas que perpetuam exclusões. Em suma, a hegemonia neoliberal



**INSTITUTO FEDERAL**

Goiano  
CERFOR

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

tem reforçado a subalternização da EJA, reduzindo-a a políticas compensatórias frágeis e descontínuas.

De certo, outro marco normativo importante é a Portaria nº 962, de 1º de dezembro de 2021, que institui o Programa da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional (EJA Integrada – EPT). Essa portaria reafirma a necessidade de articulação entre a educação básica e a formação profissional, reconhecendo a especificidade dos sujeitos da EJA e a importância de promover uma formação integral e emancipatória (Brasil, 2021). Entretanto, apesar de seu caráter inovador no plano legal, sua implementação ainda encontra entraves relacionados à ausência de financiamento contínuo, à fragilidade institucional e à carência de políticas de formação docente, o que reforça a distância entre as diretrizes normativas e a realidade cotidiana das escolas.

Sendo assim, a diversidade, a identidade e a interculturalidade configuram dimensões indispensáveis para pensar a EJA-EPT em sua vocação emancipatória. As Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 obrigaram a inclusão da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nos currículos, mas estudos como os de Vale et al. (2023) demonstram que tais conteúdos permanecem periféricos nos PPCs, carecendo de clareza metodológica e sistematização. Vieira e Silva (2022), ao relatarem a experiência de Círculos de Cultura em quilombo urbano, evidenciam que práticas freireanas podem valorizar saberes comunitários, fortalecer identidades e ampliar a consciência crítica, mas também apontam a fragilidade dessas iniciativas, muitas vezes localizadas e dependentes do engajamento de poucos docentes. Goes e Lima (2021), por sua vez, ressaltam que a ausência de formação docente específica compromete a efetivação da diversidade como princípio pedagógico, perpetuando práticas homogeneizadoras e invisibilizando sujeitos. Assim, a diversidade, quando não institucionalizada e sustentada por políticas de formação continuada, corre o risco de permanecer como enunciado retórico, sem força transformadora.

Portanto, demonstrou-se que a EJA-EPT se constrói em meio a tensões históricas e políticas: de um lado, fundamentos críticos que defendem o trabalho como princípio educativo, a formação omnilateral e o currículo integrado; de outro, políticas públicas marcadas por descontinuidade e pela hegemonia neoliberal. A essas dimensões somam-se às urgências da diversidade e da interculturalidade, que, apesar de reconhecidas, ainda carecem de efetiva institucionalização. É nesse terreno contraditório que se delinea a



formação integral do trabalhador, entendida como horizonte emancipatório em permanente disputa.

### 3 METODOLOGIA

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, orientada pelos pressupostos da revisão sistemática de literatura. O objetivo central consistiu em responder à seguinte questão de pesquisa: como a produção acadêmica recente discute a formação integral e emancipatória do trabalhador no âmbito da EJA-EPT?. Para tanto, buscou-se identificar, selecionar, analisar e sintetizar estudos publicados nos últimos anos que abordassem essa temática, de modo a construir um panorama crítico sobre os principais avanços, desafios e lacunas da área.

O processo de coleta de dados foi realizado em três etapas sucessivas entre os meses de abril e maio de 2025. Na primeira, procedeu-se à definição dos descritores de busca, elaborados em português e inglês, tais como: *Educação de Jovens e Adultos*, *Educação Profissional e Tecnológica*, *formação integral*, *currículo integrado*, *emancipação* e *PROEJA*. Esses termos foram combinados por meio de operadores booleanos (“AND” e “OR”) para ampliar a abrangência da pesquisa. Na segunda etapa, realizaram-se buscas nas bases *Web of Science*, *Scopus* e *Google Acadêmico*, selecionadas por sua relevância acadêmica, abrangência internacional e acessibilidade. A terceira etapa consistiu na triagem dos resultados a partir da leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, seguida da análise integral dos textos considerados potencialmente elegíveis.

Definiram-se como critérios de inclusão: (i) artigos publicados em periódicos revisados por pares; (ii) trabalhos publicados nos últimos anos; (iii) estudos que abordassem explicitamente a EJA-EPT, o PROEJA ou o Ensino Médio Integrado (EMI) em diálogo com a formação integral; e (iv) publicações em português, espanhol ou inglês. Foram excluídos resumos de eventos, relatórios técnicos, duplicatas e artigos que tratavam da educação profissional sem conexão direta com a modalidade EJA. Após a aplicação dos critérios, um total de 50 artigos foi inicialmente identificado, sendo 19 selecionados para compor o corpus final da revisão.

Os dados extraídos de cada estudo incluíram: autores, ano, objetivo, tipo de metodologia empregada, principais achados e limitações apontadas. Para garantir maior

rigor metodológico, realizou-se uma avaliação qualitativa dos artigos, observando a clareza do objetivo, a consistência do método e a relevância dos resultados para a temática investigada. A análise e síntese dos dados seguiram uma abordagem qualitativa narrativa, fundamentada na análise temática (Bardin, 2011), o que possibilitou a identificação de quatro grandes eixos de discussão: currículo integrado, políticas públicas, metodologias pedagógicas críticas e diversidade. Os resultados foram organizados em categorias analíticas que sintetizam convergências, divergências e lacunas identificadas nos estudos revisados. O Quadro 1 sintetiza essas etapas.

**Quadro 1.** Etapas da metodologia da revisão sistemática.

<b>Etapas</b>	<b>Procedimentos</b>	<b>Resultados</b>
Definição da pergunta de pesquisa	“Como a produção acadêmica recente discute a formação integral e emancipatória na EJA-EPT?”	Delimitação do objeto
Seleção das bases de dados	<i>Web of Science, Scopus e Google Acadêmico</i>	Fontes primárias e secundárias
Estratégia de busca	Descritores em português/inglês + operadores booleanos	50 artigos identificados
Crítérios de inclusão	Artigos recentes, revisados por pares, foco em EJA-EPT/PROEJA/EMI	19 artigos selecionados
Crítérios de exclusão	Relatórios, resumos expandidos, duplicatas, temas sem vínculo com EJA	Corpus final consolidado
Extração dos dados	Autores, ano, objetivo, metodologia, achados e limites	Fichamento sistemático
Análise dos dados	Análise temática qualitativa (Bardin, 2011)	Quatro eixos de discussão

Fonte: Os autores (2025).

Embora a metodologia tenha sido transparente, a pesquisa encontrou dificuldades e restrições que precisam ser esclarecidas. A opção por bases de dados específicas e um recorte temporal limitado, apesar de serem fundamentais para a profundidade da análise, podem ter deixado de fora publicações importantes que não atendem aos critérios de inclusão. Onde a revisão sistemática revelou uma lacuna na produção acadêmica sobre a EJA-EPT, que tende a ser majoritariamente teórica, exploratória e descritiva.

Foram identificados poucos estudos empíricos sólidos com dados quantitativos sobre o impacto em indicadores como permanência e evasão. Isso limita a possibilidade de generalizar os resultados e avaliar a eficácia das práticas defendidas. A avaliação desses limites destaca a importância de pesquisas futuras que se aprofundem na quantificação dos impactos práticos e sociais das metodologias e políticas.



Dessa forma, a metodologia adotada assegura transparência e replicabilidade, permitindo compreender de que modo a seleção, a análise e a síntese dos dezenove artigos se estruturaram em torno da questão de pesquisa proposta. O percurso metodológico evidencia a robustez do processo de investigação e legitima a discussão crítica apresentada na seção seguinte.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A revisão sistemática dos dezenove artigos selecionados, produzidos nos últimos anos, evidencia um conjunto de tendências convergentes e tensões que atravessam o campo da EJA-EPT. Os estudos analisados apresentam diversidade metodológica, abrangendo análises documentais, revisões bibliográficas, relatos de prática e pesquisas qualitativas, mas todos se articulam em torno da problemática central da formação integral do trabalhador. Os resultados revelam quatro eixos temáticos recorrentes: (i) o currículo integrado como horizonte emancipatório; (ii) as políticas públicas, marcadas por discontinuidades e pela hegemonia neoliberal; (iii) as metodologias pedagógicas críticas e integradoras, ainda incipientes e pouco sistematizadas; e (iv) a valorização da diversidade, identidade e práticas emancipatórias, frequentemente marginalizadas nos currículos. A seguir, cada eixo é discutido em diálogo com os autores, destacando-se concordâncias, divergências, contribuições e limites identificados na literatura.

### **4.1 Currículo integrado e formação emancipatória**

O debate acerca do currículo integrado no âmbito da Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT) tem se consolidado como um dos eixos centrais na produção acadêmica contemporânea. Os autores analisados convergem na compreensão de que a integração curricular é condição necessária para a superação da fragmentação do conhecimento e para a efetivação da formação emancipatória dos trabalhadores-estudantes, embora diverjam quanto ao alcance e à materialidade dessa proposta.

Alencar, Lobão e Morais (2023) sustentam que a pesquisa como princípio pedagógico, ao articular trabalho, ciência e cultura, configura-se como estratégia didática capaz de impulsionar a criticidade discente e favorecer a formação omnilateral. Sua defesa se ancora no pressuposto freireano de que não há ensino sem pesquisa, e que o protagonismo do estudante é central para que o processo formativo transcenda a mera



**INSTITUTO FEDERAL**

Goiano  
CERFOR

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

transmissão de conteúdos. Nessa mesma direção, Lódi e Sanceverino (2021) reforçam que o currículo da EJA precisa assumir caráter emancipador, articulando-se não apenas à legislação educacional vigente, mas também ao reconhecimento dos saberes populares e à valorização da diversidade sociocultural dos sujeitos. Para esses autores, o currículo emancipador implica superar a invisibilidade histórica da EJA nos documentos oficiais e reposicionar o trabalhador-estudante como sujeito epistêmico.

Ainda que partam de referenciais semelhantes, Lopes e Gomes (2022) enfatizam a necessidade de metodologias ativas que deem concretude à integração curricular, deslocando a centralidade da aula expositiva para práticas de aprendizagem colaborativa e problematizadora. Na visão desses autores, o legado freireano deve ser atualizado por meio de experiências pedagógicas que privilegiem a pesquisa e a problematização como formas de articular teoria e prática. Entretanto, a contribuição de Pasqualli et al. (2022) avança no sentido de apresentar uma experiência institucionalizada de oficinas de integração no IFSC, demonstrando que a integração pode ser operacionalizada em arranjos curriculares concretos, desde que exista apoio institucional e engajamento docente.

O estudo de Rossi (2022) confirma esse movimento ao analisar um Projeto Político-Pedagógico (PPP) do PROEJA que adota a abordagem sociocultural como fundamento da mediação pedagógica. Ao reconhecer a aprendizagem como prática social, o currículo deixa de ser entendido como simples listagem de conteúdos e passa a representar um campo de disputas simbólicas em que se articulam trabalho, ciência e cultura. No entanto, Rossi também aponta a distância entre a previsão formal no PPP e a efetiva implementação em sala de aula, lacuna igualmente destacada por Sandes e Silva (2022). Esses últimos, ao realizarem uma revisão de literatura, concluem que as práticas integradoras, embora fundamentais, ainda são incipientes e isoladas, carecendo de maior sistematização e consolidação em políticas institucionais.

O diálogo entre esses autores revela um consenso quanto à potência do currículo integrado como via de emancipação. Todos reconhecem que a integração é requisito para superar a visão tecnicista e utilitarista que reduz a EJA a uma política compensatória. Contudo, também é recorrente a constatação de que a implementação prática enfrenta barreiras, sobretudo aquelas impostas por políticas nacionais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que reforça a fragmentação disciplinar e a lógica da empregabilidade imediata. Assim, mesmo quando o discurso institucional defende a

integração, as condições objetivas de oferta, a sobrecarga docente e a ausência de formação específica comprometem a materialização da proposta.

Dessa forma, nota-se que os trabalhos se complementam: Alencar, Lobão e Morais (2023) e Lopes e Gomes (2022) enfatizam a dimensão pedagógica; Lódi e Sanceverino (2021) sublinham o compromisso político e emancipador do currículo; Pasqualli et al. (2022) e Rossi (2022) exploram experiências institucionais concretas; enquanto Sandes e Silva (2022) sistematizam a literatura e apontam a fragilidade da prática (vide detalhamento no Quadro 2). Ao dialogarem entre si, os autores reforçam a centralidade do currículo integrado na agenda da EJA-EPT, mas igualmente expõem a distância entre teoria e prática, revelando que a emancipação, embora seja horizonte almejado, ainda não se efetiva plenamente nas realidades educacionais.

**Quadro 2.** Currículo integrado e formação emancipatória na EJA-EPT.

<b>Autor(es)</b>	<b>Ênfase principal</b>	<b>Contribuição</b>	<b>Limites apontados</b>
Alencar, Lobão e Morais (2023)	Pesquisa como princípio pedagógico	Protagonismo discente, articulação trabalho-ciência-cultura	Carência de evidências empíricas
Lódi e Sanceverino (2021)	Currículo emancipador e diversidade	Reconhecimento dos saberes populares e da pluralidade sociocultural	Predomínio teórico-propositivo
Lopes e Gomes (2022)	Metodologias ativas	Atualização freireana para integração curricular	Pouca sistematização prática
Pasqualli et al. (2022)	Oficinas de integração	Experiência institucional de currículo integrado	Falta de métricas de impacto
Rossi (2022)	PPP PROEJA (abordagem sociocultural)	Integração trabalho-ciência-cultura como mediação	Distância entre PPP e prática
Sandes & Silva (2022)	Revisão de práticas integradoras	Identificação de experiências e fragilidades	Incipiência e isolamento das práticas

Fonte: Os autores (2025).

A análise integrada desses estudos evidencia que o currículo integrado constitui consenso teórico e político como condição de emancipação no âmbito da EJA-EPT. Entretanto, a literatura aponta um hiato entre o discurso e a prática, marcado pela insuficiência de políticas consistentes, pela resistência das estruturas escolares à integração e pela ausência de indicadores que comprovem seus efeitos em permanência e aprendizagem. Tal cenário sugere que a formação integral do trabalhador na EJA-EPT permanece como horizonte em disputa, exigindo maior investimento em pesquisas



empíricas, formação docente e institucionalização de práticas pedagógicas que articulem, de fato, trabalho, ciência e cultura.

#### **4.2 Políticas públicas, dualidade estrutural e neoliberalismo**

A análise das políticas educacionais voltadas à Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT) revela um cenário marcado por tensões históricas entre projetos emancipatórios e estratégias de aligeiramento curricular ditadas pela lógica neoliberal. Os autores aqui considerados convergem em apontar a persistência da dualidade estrutural da educação brasileira e a prevalência de políticas descontínuas, frequentemente orientadas pela racionalidade da empregabilidade e pela gestão de curto prazo, em detrimento de uma formação integral e omnilateral.

Campos e Ventura (2023), apoiados no referencial gramsciano, introduzem a categoria de “pequena política” para caracterizar as ações voltadas à EJA, compreendidas como paliativas, fragmentadas e incapazes de enfrentar as raízes estruturais da exclusão educacional. Em sua análise sobre o campo fluminense, os autores demonstram que, entre 2016 e 2020, as políticas destinadas à EJA sofreram forte descontinuidade e perda de centralidade na agenda pública, refletindo um movimento de retração da esfera estatal diante das demandas da classe trabalhadora. Nessa leitura, a EJA não se afirma como política de Estado, mas como programa de governo, sujeito a desmonte a cada transição administrativa.

A crítica de Campos e Ventura encontra ressonância em Cordoval e Lancillotti (2020), que ao examinarem o Projovem Urbano identificam o alinhamento do programa a pressupostos neoliberais. Para esses autores, a política, ainda que travestida de inclusão, opera sob uma lógica de certificação rápida e disciplinamento da mão de obra, mais voltada para a adaptação às exigências do mercado do que para a formação crítica e cidadã. O caráter aligeirado do Projovem é lido como evidência da manutenção da dualidade estrutural, em que à classe trabalhadora é destinada uma escolarização mínima e pragmática, descolada da perspectiva de emancipação.

Na mesma linha crítica, Corrêa Filho, Paixão e Nogueira (2022) oferecem um panorama histórico da expansão e interiorização da EPT no Brasil, com destaque para o período dos governos Lula, em que houve significativa ampliação da Rede Federal. Embora reconheçam esse avanço, os autores ressaltam que a ampliação quantitativa não foi acompanhada pela superação qualitativa da dualidade educacional. A expansão se deu

dentro de um contexto de contradições, em que a lógica da produtividade e da gestão eficiente se sobrepôs a uma política integral de formação, revelando a coexistência de políticas progressistas com a permanência de condicionantes neoliberais.

Nascimento (2022), ao revisitar a trajetória histórica da EJA entre 1930 e 2017, reforça essa percepção ao demonstrar que, mesmo nos períodos de maior abertura democrática, a EJA permaneceu vulnerável a retrocessos. O autor salienta que a hegemonia neoliberal, consolidada especialmente após os anos 1990, impôs à EJA uma feição compensatória, dificultando sua consolidação como política de Estado. Sua análise reforça a crítica de que a EJA, em vez de ser concebida como um direito universal, é frequentemente tratada como estratégia transitória de correção de fluxos, marcada por precarização e invisibilidade.

Rodrigues (2023) acrescenta um olhar sobre o período 2007–2015, ressaltando que a crise estrutural do capital intensificou a precarização da escolarização de jovens e adultos. Em sua leitura, os programas implementados nesse intervalo temporal estiveram orientados mais para a adaptação ao mercado de trabalho do que para a efetivação de uma formação integral. A crise econômica global, conjugada à crise política nacional, reforçou o caráter residual das políticas de EJA, reiterando o lugar subalterno ocupado por essa modalidade na hierarquia das prioridades do Estado.

Desta forma, Flores e Fonseca (2022), ao examinarem o PROEJA no contexto baiano, introduzem a categoria de “pós-democracia” para denunciar os mecanismos sutis pelos quais políticas aparentemente inclusivas podem reproduzir a exclusão. Para os autores, a permanência dos estudantes na EJA não pode ser entendida como responsabilidade individual, mas como reflexo de arranjos institucionais frágeis e da ausência de suporte material e pedagógico que garanta continuidade nos estudos. A análise evidencia que, sob o discurso da democratização, muitas vezes se reforçam práticas que perpetuam desigualdades, corroendo os fundamentos originais do PROEJA.

O diálogo entre esses estudos revela convergência no diagnóstico: a EJA-EPT, em sua história recente, tem sido marcada pela descontinuidade, pelo aligeiramento e pela captura da lógica neoliberal. Há consenso de que a modalidade permanece fragilizada pela “pequena política” (Campos & Ventura, 2023) e pela ausência de institucionalidade robusta. Ao mesmo tempo, as análises também divergem em suas ênfases: enquanto Corrêa Filho et al. (2022) reconhecem avanços na expansão da rede federal, Cordoval e Lancillotti (2020) e Rodrigues (2023) são mais incisivos ao denunciar a lógica mercantil

que permeia tais iniciativas. Flores e Fonseca (2022) acrescentam ainda uma leitura inovadora, ao indicar que mesmo políticas concebidas em contextos democráticos podem ser corroídas quando inseridas em ambientes de governança pós-democrática, conforme detalhamento no Quadro 3.

**Quadro 3.** Políticas públicas, dualidade estrutural e neoliberalismo na EJA-EPT.

<b>Autor(es)</b>	<b>Ênfase principal</b>	<b>Contribuição</b>	<b>Limites apontados</b>
Campos e Ventura (2023)	“Pequena política” gramsciana	Evidenciam caráter paliativo e descontínuo das políticas de EJA	Recorte regional (RJ)
Cordoal e Lancillotti (2020)	Crítica ao Projovem Urbano	Denunciam alinhamento neoliberal e certificação aligeirada	Ausência de análise longitudinal de egressos
Corrêa Filho et al. (2022)	Panorama histórico da EPT	Mostram expansão e interiorização da rede federal	Não superação da dualidade estrutural
Nascimento (2022)	Revisão histórica (1930–2017)	Destaca hegemonia neoliberal e caráter compensatório da EJA	Limite temporal (não cobre período recente)
Rodrigues (2023)	Análise 2007–2015	Relaciona crise do capital à precarização da EJA	Recorte temporal restrito
Flores e Fonseca (2022)	Análise do PROEJA (BA)	Conceito de “pós-democracia”, evidenciando exclusão estrutural	Foco estadual, sem dados comparativos

Fonte: Os autores (2025).

Sendo assim, a leitura integrada desses autores demonstra que a EJA-EPT permanece inserida em um contexto de fragilidade estrutural, em que políticas marcadas pela descontinuidade e pelo aligeiramento se sobrepõem a projetos de formação integral e emancipatória. Ainda que existam avanços pontuais, como a interiorização da rede federal, o quadro geral é de subalternização, reforçado pela hegemonia neoliberal que imprime à EJA a feição de política compensatória e residual. Tal constatação impõe a necessidade de uma agenda de políticas de Estado, estáveis e integradas, que reconheçam a EJA-EPT não como favor conjuntural, mas como direito fundamental, condição indispensável para a construção de uma educação emancipatória e socialmente referenciada.

### 4.3 Metodologias pedagógicas críticas e integradoras

O debate sobre metodologias pedagógicas aplicáveis à EJA-EPT tem adquirido centralidade nas produções recentes, particularmente no que tange à necessidade de



**INSTITUTO FEDERAL**

Goiano  
CERFOR

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

superação das práticas instrucionistas, fragmentadas e centradas na transmissão de conteúdos. Os autores aqui analisados convergem em torno da valorização de metodologias críticas, ancoradas na pedagogia freireana, e na defesa de dispositivos pedagógicos capazes de articular teoria e prática, trabalho e ciência, saberes escolares e saberes sociais. Ainda que haja consenso quanto ao potencial emancipador dessas práticas, permanece evidente a dificuldade de consolidar tais propostas no cotidiano da EJA-EPT, sobretudo diante de limitações estruturais, institucionais e políticas.

Araújo et al. (2022) situam sua análise na atualidade da pedagogia libertadora de Paulo Freire, enfatizando a urgência de metodologias que estimulem a problematização da realidade, a consciência crítica e o protagonismo discente. Para os autores, as práticas ainda dominantes na EPT permanecem reféns do tecnicismo, reduzindo a aprendizagem ao adestramento laboral. Nesse contexto, o diálogo freireano é retomado como alternativa para reconfigurar a prática pedagógica, deslocando-a do mero treinamento para a formação integral. A problematização e a dialogicidade, nesse quadro, não são apenas procedimentos metodológicos, mas fundamentos epistemológicos que redefinem a relação pedagógica.

A proposta de Costa et al. (2023), ao sistematizar os Projetos Integradores na EJATEC do Maranhão, confere materialidade às teses defendidas por Araújo et al. (2022). O documento orientador detalha etapas e estratégias da aprendizagem baseada em projetos (ABP), evidenciando como a integração entre base comum e base técnica pode ser operacionalizada em práticas concretas. Embora se configure como material de orientação prescritiva, e não como resultado de pesquisa empírica, o trabalho demonstra que a ABP pode favorecer a autoria dos estudantes e a interdisciplinaridade. A contribuição de Costa et al. revela, portanto, que a pedagogia crítica pode ser traduzida em práticas planejadas e sistematizadas, desde que haja clareza de objetivos e apoio institucional.

Nesse mesmo horizonte de operacionalização, Gonçalves e Brasileiro (2019) oferecem um guia prático de primeiros passos para a integração curricular, explicitando mecanismos de planejamento colaborativo e organização do trabalho pedagógico a partir de problemas e temas geradores. Sua proposta inspira-se em Santomé e em princípios freireanos, sustentando que a interdisciplinaridade e a integração teoria-prática não emergem espontaneamente, mas requerem planejamento coletivo, mediação institucional e compromisso político-pedagógico dos docentes. Embora o guia careça de avaliação

empírica, sua relevância reside em fornecer instrumentos metodológicos capazes de orientar práticas integradoras em diferentes contextos da EJA-EPT.

Gregoldo, Lima e Souza (2022) reforçam essa perspectiva ao mapearem, por meio de análise de dissertações do ProfEPT, três tendências recorrentes: a centralidade do trabalho como princípio educativo, a inserção produtiva e a discussão sobre terminologia. O destaque, contudo, recai sobre a primeira tendência, na medida em que evidencia a permanência da defesa de metodologias integradoras fundamentadas na articulação entre trabalho, ciência e cultura. Para os autores, a formação humana integral não se realiza por acumulação de conteúdos, mas pela mediação pedagógica que transforma o trabalho em categoria educativa, o que demanda metodologias que privilegiam a prática social como eixo estruturante do currículo.

Portanto, Vale et al. (2023), ao analisarem a inserção de elementos afro-brasileiros e interculturais em um PPC de curso técnico, ampliam o debate sobre metodologias críticas ao incluir a perspectiva da diversidade cultural. Para os autores, metodologias emancipadoras na EJA-EPT não podem prescindir da valorização das identidades e histórias de vida dos sujeitos, em especial da população negra e dos grupos historicamente marginalizados. A ausência de clareza sobre como tais conteúdos devem ser trabalhados evidencia a distância entre a prescrição legal (leis 10.639/03 e 11.645/08) e a prática curricular. Nesse sentido, metodologias integradoras também devem ser interculturais, articulando não apenas saberes científicos e técnicos, mas também saberes culturais e identitários.

O diálogo entre esses estudos permite observar concordâncias significativas (Quadro 4). Todos os autores reafirmam o valor das metodologias críticas e integradoras como instrumentos de emancipação e como condição para efetivar a formação integral do trabalhador-estudante. Araújo et al. (2022) e Gregoldo, Lima e Souza (2022) enfatizam fundamentos epistemológicos e teóricos; Costa et al. (2023) e Gonçalves e Brasileiro (2019) demonstram possibilidades de operacionalização prática; enquanto Vale et al. (2023) introduzem a dimensão intercultural como horizonte necessário. Contudo, há também tensões e lacunas. A maioria dos trabalhos é prescritiva ou analítica, com pouca base empírica sobre resultados de aprendizagem, permanência ou evasão. O hiato entre teoria e prática, já diagnosticado em outras dimensões da EJA-EPT, manifesta-se novamente: ainda que as metodologias integradoras sejam defendidas e descritas, sua implementação permanece pontual, fragmentada e pouco sistematizada.

**Quadro 4.** Metodologias pedagógicas críticas e integradoras na EJA-EPT.

<b>Autor(es)</b>	<b>Ênfase principal</b>	<b>Contribuição</b>	<b>Limites apontados</b>
Araújo et al. (2022)	Atualidade da pedagogia freireana	Defendem metodologias dialógicas e problematizadoras	Revisão narrativa, sem dados empíricos
Costa et al. (2023)	Projetos Integradores (ABP)	Detalham roteiro metodológico para EJATEC/MA	Caráter prescritivo, sem avaliação prática
Gonçalves e Brasileiro (2019)	Guia de integração curricular	Fornecem instrumentos para planejamento colaborativo	Ausência de validação empírica
Gregoldo, Lima e Souza (2022)	Análise de dissertações do ProfEPT	Evidenciam centralidade do trabalho como princípio educativo	Amostra restrita, falta generalização
Vale et al. (2023)	Interculturalidade no currículo	Denunciam ausência de práticas afro-brasileiras e propõem integração identitária	Estudo de um único PPC

Fonte: Os autores (2025).

Deste modo, o conjunto das produções analisadas evidencia que as metodologias pedagógicas críticas e integradoras são reconhecidas como condição *sine qua non* para a concretização da formação integral e emancipatória na EJA-EPT. Contudo, a implementação dessas metodologias ainda se encontra em estágio incipiente, limitada a experiências isoladas, prescrições metodológicas ou análises documentais. Há consenso quanto ao potencial emancipador da pedagogia freireana, da aprendizagem baseada em projetos e das práticas interculturais; entretanto, falta uma base empírica robusta que comprove seus efeitos em permanência, redução da evasão e protagonismo discente. Assim, torna-se imperativo que futuras pesquisas avancem na avaliação das experiências metodológicas já em curso, produzindo evidências concretas que subsidiem a institucionalização de práticas inovadoras, integradoras e socialmente referenciadas.

#### **4.4 Diversidade, identidade e práticas emancipatórias**

A discussão sobre diversidade e identidade no âmbito da EJA-EPT ocupa um lugar cada vez mais central no debate acadêmico, sobretudo quando se compreende que a formação integral do trabalhador não pode ser dissociada do reconhecimento dos saberes, trajetórias e culturas que constituem sua existência. A literatura analisada converge na valorização de práticas emancipatórias que reconhecem as vozes historicamente marginalizadas, mas também denuncia as limitações estruturais que ainda mantêm a diversidade em posição periférica nos currículos e Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs).

Os trabalhos de Goes e Lima (2021), Vieira e Silva (2022) e Vale et al. (2023) oferecem olhares complementares sobre essa temática, articulando perspectivas que vão desde a formação docente até a vivência prática dos sujeitos e a inserção curricular da interculturalidade.

Goes e Lima (2021) enfatizam a centralidade da formação docente específica para a EJA como condição indispensável à valorização da diversidade. Segundo os autores, a insuficiência da formação de professores que atuam na modalidade resulta na reprodução de práticas pedagógicas homogeneizadoras, que invisibilizam as singularidades culturais e sociais dos estudantes trabalhadores. O estudo demonstra que a ausência de políticas institucionais consistentes para formação continuada gera uma lacuna entre o discurso oficial, que reconhece a importância da diversidade, e a prática cotidiana, que insiste em metodologias transmissivas, pouco dialógicas e distantes da realidade dos sujeitos. Essa perspectiva crítica reforça que a diversidade, quando não incorporada intencionalmente na formação docente, tende a ser relegada a uma dimensão meramente retórica.

Na outra ponta, Vieira e Silva (2022) apresentam uma experiência prática com Círculos de Cultura em um quilombo urbano, vinculada ao PROEJA. Inspirados diretamente na pedagogia freireana, os autores demonstram como os Círculos constituem espaços privilegiados para o reconhecimento das identidades dos estudantes e para a construção de saberes a partir de suas histórias de vida. Nesse contexto, a prática pedagógica não se reduz ao ensino formal de conteúdos, mas se transforma em um processo de conscientização, no qual os sujeitos são protagonistas na produção do conhecimento. A experiência evidencia que a emancipação, na EJA-EPT, não se limita ao domínio de competências técnicas, mas se realiza no diálogo entre saberes comunitários e escolares. Entretanto, o estudo também aponta limites importantes: a experiência é localizada, depende fortemente da iniciativa de determinados docentes e não encontra respaldo amplo em políticas institucionais, o que fragiliza sua sustentabilidade.

Já Vale et al. (2023) deslocam o foco para a análise documental de um PPC de curso técnico da área de Meio Ambiente, identificando a presença periférica de conteúdos afro-brasileiros e indígenas. A pesquisa demonstra que, embora a legislação (leis 10.639/03 e 11.645/08) exija a inclusão desses temas, a efetiva operacionalização permanece insuficiente, sem clareza sobre quais conteúdos devem ser abordados, nem como devem ser integrados ao currículo. Os autores argumentam que a ausência de

sistematização da interculturalidade no currículo reflete a marginalização histórica das culturas subalternizadas e compromete o potencial emancipatório da EJA-EPT. Sua crítica é contundente: a diversidade, quando não institucionalizada nos PPCs, corre o risco de ser tratada como adereço curricular, desprovida de força transformadora.

O diálogo entre esses três estudos permite identificar uma tensão estrutural que atravessa a EJA-EPT. Enquanto Goes e Lima (2021) ressaltam a insuficiência da formação docente, Vieira e Silva (2022) demonstram que práticas inovadoras e emancipatórias podem emergir, ainda que de forma isolada, quando há engajamento político-pedagógico. Vale et al. (2023), por sua vez, revelam que a institucionalização da diversidade permanece aquém do necessário, limitada a enunciados legais e normativos, sem tradução efetiva em práticas curriculares consistentes. Há, portanto, consenso de que a diversidade é condição indispensável para a formação integral, mas também uma constatação de que, na prática, ela ainda ocupa posição marginal.

Mais do que uma questão de inclusão simbólica, os estudos demonstram que a diversidade deve ser entendida como elemento estruturante de uma pedagogia emancipatória (vide Quadro 5). Reconhecer as identidades dos sujeitos implica transformar os currículos, reconfigurar práticas docentes e assegurar políticas públicas de formação continuada. A não institucionalização da diversidade reforça a dualidade estrutural e compromete a missão da EJA-EPT de constituir-se como espaço de emancipação. Nesse sentido, o conjunto dos trabalhos analisados denuncia a distância entre a prescrição normativa e a realidade vivida, sugerindo que, sem o enfrentamento das lacunas institucionais e estruturais, a valorização da diversidade permanecerá restrita a experiências pontuais, sem potencial de transformação sistêmica.

**Quadro 5.** Diversidade, identidade e práticas emancipatórias na EJA-EPT.

<b>Autor(es)</b>	<b>Ênfase principal</b>	<b>Contribuição</b>	<b>Limites apontados</b>
Goes e Lima (2021)	Formação docente específica	Evidenciam a insuficiência da formação de professores para lidar com a diversidade	Falta de políticas institucionais consistentes
Vieira e Silva (2022)	Círculos de Cultura (prática freireana)	Mostram valorização das identidades e saberes comunitários	Experiência localizada e dependente de docentes específicos
Vale et al. (2023)	Inserção curricular da interculturalidade	Denunciam a presença periférica de conteúdos afro-brasileiros e indígenas nos PPCs	Falta de clareza e sistematização na aplicação curricular

Fonte: Os autores (2025).



Portanto, a análise integrada dos estudos evidencia que a diversidade é amplamente reconhecida como componente essencial da formação integral na EJA-EPT, mas permanece marginalizada nos currículos e práticas institucionais. A formação docente insuficiente, a dependência de experiências localizadas e a ausência de sistematização nos PPCs configuram entraves à efetivação de uma pedagogia verdadeiramente emancipatória. Assim, torna-se imperativo avançar na institucionalização da diversidade como princípio pedagógico e curricular, assegurando políticas de formação continuada e mecanismos de acompanhamento que garantam sua efetiva implementação. Apenas desse modo será possível que a EJA-EPT cumpra sua vocação histórica de ser espaço de reconhecimento, valorização e emancipação dos sujeitos trabalhadores.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão sistemática permitiu reunir e analisar criticamente dezenove estudos recentes sobre a Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional e Tecnológica, revelando padrões consistentes e tendências que confirmam a centralidade da formação integral como horizonte pedagógico e político. As descobertas demonstram que o currículo integrado, as metodologias críticas e a valorização da diversidade são amplamente reconhecidos como caminhos indispensáveis para superar a fragmentação da educação e efetivar um projeto emancipatório para os trabalhadores-estudantes. No entanto, também ficou evidente que tais dimensões permanecem fragilizadas diante da descontinuidade das políticas públicas, da hegemonia neoliberal e da ausência de sistematização das práticas no cotidiano escolar.

Os objetivos delineados na introdução foram plenamente atendidos, uma vez que foi possível mapear concepções de currículo integrado, examinar a influência das políticas públicas, identificar metodologias pedagógicas críticas e avaliar a presença da diversidade na literatura. A hipótese inicial de que a produção acadêmica reafirma a centralidade da formação integral, mas evidencia sua implementação incipiente, foi confirmada. A análise evidenciou que, embora haja consenso teórico, a prática institucional e pedagógica ainda não acompanha as formulações críticas, mantendo uma lacuna entre discurso e realidade.

Entre as limitações deste estudo, destacam-se o recorte temporal, que restringe a análise ao período mais recente, e a prevalência de estudos qualitativos e descritivos, sem



**INSTITUTO FEDERAL**

Goiano  
CERFOR

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

forte presença de dados empíricos que avaliem resultados em permanência, evasão ou aprendizagem. Essas limitações refletem também lacunas da própria literatura, que carece de pesquisas longitudinais e de análises mais robustas sobre a efetividade das práticas pedagógicas e curriculares defendidas.

Sugere-se, para pesquisas futuras, a realização de investigações empíricas em larga escala sobre os impactos do currículo integrado e das metodologias críticas na permanência dos estudantes, bem como estudos sobre a efetividade de políticas públicas voltadas especificamente à EJA-EPT. Além disso, a interculturalidade deve ser objeto de maior atenção, especialmente no que se refere à sua inserção sistemática nos currículos e nas práticas docentes.

Do ponto de vista prático, os resultados desta revisão podem subsidiar gestores, professores e formuladores de políticas educacionais na consolidação da EJA-EPT como política de Estado. Ao revelar as contradições entre teoria e prática, este estudo reforça a importância de institucionalizar o currículo integrado, valorizar a formação docente e assegurar condições para que a diversidade cultural e social dos estudantes seja reconhecida e incorporada. Assim, reafirma-se que a EJA-EPT só poderá cumprir sua vocação histórica se for concebida e praticada como espaço de emancipação, de valorização do trabalho e de reconhecimento pleno do direito à educação.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, C. de; LOBÃO, V. L. C.; MORAIS, R. F. Reflexão, ação e formação humana na Educação Profissional: análise das dissertações do ProFEPT/IF Goiano. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 15, n. 1, p. 1-20, 2023.

ARAÚJO, J. de S. et al. A atualidade da pedagogia libertadora de Paulo Freire e a Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Educação e Emancipação**, v. 15, n. 1, p. 1-18, 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229p.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 962, de 1º de dezembro de 2021. Institui o Programa da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional – EJA Integrada – EPT e estabelece orientações, critérios e procedimentos para concessão de recursos financeiros às instituições pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 226, p. 83, 2 dez. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-962-de-1-de-dezembro-de-2021-364154550>. Acesso em: 10 set. 2025.



**INSTITUTO FEDERAL**

Goiano  
CERFOR

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

CAMPOS, R. M.; VENTURA, J. A. A EJA como “pequena política” no contexto da hegemonia neoliberal: análise da experiência fluminense (2016-2020). **Educação & Sociedade**, v. 44, p. 1-19, 2023.

CORDOVAL, R.; LANCILLOTTI, L. O Projovem Urbano e as políticas de juventude: entre a formação cidadã e o adestramento da mão de obra. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, p. 1-17, 2020.

CORRÊA FILHO, R. A.; PAIXÃO, D. F.; NOGUEIRA, C. A. Expansão e interiorização da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: limites e possibilidades. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, v. 22, n. 48, p. 55-78, 2022.

COSTA, F. A. et al. Projeto Integrador na EJATEC: aprendizagem baseada em projetos para a integração curricular. **Revista Educação Profissional e Tecnológica em Debate**, v. 7, n. 2, p. 150-169, 2023.

FLORES, L. A.; FONSECA, D. A. PROEJA e exclusão estrutural: permanência e evasão no contexto da pós-democracia. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, v. 31, n. 62, p. 23-41, 2022.

GOES, L. A.; LIMA, A. S. Formação docente e desafios da EJA: entre invisibilidades e possibilidades. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 15, n. 1, p. 1-15, 2021.

GONÇALVES, M. A.; BRASILEIRO, R. A integração curricular no ensino médio integrado: guia de primeiros passos. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 17, p. 1-22, 2019.

GREGOLDO, R. S.; LIMA, T. L.; SOUZA, E. Reflexão, ação e formação humana na EPT: análise da produção do ProfEPT/IF Goiano. **Revista Práxis Educacional**, v. 18, n. 47, p. 1-22, 2022.

LÓDI, M. B.; SANCEVERINO, A. Currículo emancipador e diversidade na EJA: uma análise freireana. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 9, n. 1, p. 89-106, 2021.

LOPES, E. C.; GOMES, F. C. Metodologias ativas e a Educação Profissional: o legado freireano em debate. **Revista de Educação Profissional e Tecnológica**, v. 6, n. 1, p. 1-17, 2022.

NASCIMENTO, A. L. A trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil: avanços e retrocessos (1930-2017). **Revista Retratos da Escola**, v. 16, n. 33, p. 45-65, 2022.



**INSTITUTO FEDERAL**

Goiano  
CERFOR

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PASQUALLI, R. et al. Oficinas de integração: uma experiência de currículo integrado no IFSC/Chapecó. **Revista Labor**, v. 18, n. 1, p. 55-72, 2022.

RODRIGUES, J. L. A precarização da escolarização de jovens e adultos em tempos de crise do capital (2007-2015). **Revista Katálysis**, v. 26, n. 1, p. 123-139, 2023.

ROSSI, R. Abordagem pedagógica no PROEJA: análise de um Projeto Político-Pedagógico. **Revista EJA em Debate**, v. 11, n. 2, p. 1-16, 2022.

SANDES, L. R.; SILVA, F. C. Práticas educativas integradoras no ensino médio integrado: uma revisão bibliográfica. **Revista Educação & Formação**, v. 7, n. 20, p. 1-18, 2022.

VALE, E. C. et al. Interculturalidade e currículo integrado: elementos afro-brasileiros em um curso técnico. **Revista Educação Profissional e Tecnológica em Debate**, v. 8, n. 1, p. 33-50, 2023.

VIEIRA, R. S.; SILVA, L. P. Círculos de Cultura e formação humana integral no PROEJA: uma experiência em quilombo urbano. **Revista Educação Popular**, v. 21, n. 2, p. 1-20, 2022.